

## **DESENVOLVENDO A SOLIDARIEDADE NO CAMINHO DA TRANSIÇÃO: UM ENSAIO SOBRE A TEORIA DO SOCIALISMO A PARTIR DE MARX**

**Jonas de Oliveira Bertucci\***

**RESUMO:** Segundo o que é possível se extrair dos trabalhos de Marx com vista a uma teoria da transição, o socialismo seria uma etapa intermediária para um sistema superior – o comunismo – tornado possível somente após o pleno desenvolvimento das forças produtivas, ‘missão histórica’ do capitalismo. Com efeito, essa tese se mostrou como uma das maiores controvérsias de Marx, apesar de sua intensa e abrangente análise sobre o capitalismo, que possibilitou importantes avanços para a prática e para a ciência social. A história vem demonstrando que a reprodução e a expansão do capitalismo não foram limitadas pelo avanço da técnica e que, tampouco, um processo de transição emergiria de uma súbita reação revolucionária. Neste trabalho, discutimos alguns aspectos do pensamento de Marx, sua teoria da transição e o atual processo de crise da reprodução das relações de produção capitalistas. As conclusões apontam para a tese de que as possibilidades de se atingir algo que mereça ser chamado socialismo dependem diretamente do desenvolvimento de relações de solidariedade (muito além do avanço das forças produtivas) e da percepção política do indivíduo frente à sociedade – o que começa a ser demonstrado por uma série de práticas de autogestão com o título de economia solidária.

**Palavras-chave:** Capitalismo; teoria marxista da transição; economia solidária; autogestão.

**ABSTRACT:** According to the main ideas that one may extract from Marx’s work on a transition theory, the socialism would be an intermediate stage for a superior system – the communism – made possible only after the complete development of the productive forces, capitalism’s ‘historical mission’. Nevertheless, this thesis represents one of Marx’s biggest controversies, although his intense and huge analysis on the capitalism, which made possible important advances on the social practice and science. History has demonstrated that the reproduction and the expansion of the capitalism have not been limited by the advance of the technique and that, neither, a transition process would emerge from a sudden revolutionary reaction. In this work, we put on discussion some aspects of Marx’s thought, his transition theory and the current process of crisis of the reproduction of the capitalist relations of production. The conclusions bring us to the thesis that the possibilities of reaching something that deserves to be called socialism depends directly on the development of relations of solidarity (very beyond the advance of the productive forces) and on the individual’s political perception in front of the society – that starts to be demonstrated by a series of experiences of self-management with the heading of solidarity economics.

**Keywords:** Capitalism; Marxist transition theory; solidarity economics; self-management.

**Área Temática ANPEC:** 1 – Escolas do pensamento econômico, metodologia e economia política.  
**Classificação JEL:** B14; B24; P2.

---

\* Mestre em Economia pelo CEDEPLAR/UFMG e técnico da Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES/MTE.

# DESENVOLVENDO A SOLIDARIEDADE NO CAMINHO DA TRANSIÇÃO: UM ENSAIO SOBRE A TEORIA DO SOCIALISMO A PARTIR DE MARX

*“As criaturas de fora olhavam de um porco para um homem, de um homem para um porco e de um porco para um homem outra vez; mas já era impossível distinguir quem era homem, quem era porco”.*  
(George Orwell, A Revolução dos Bichos, 1945).

## Filosofia e práxis

A obra de Marx é extensa, abrangente e complexa. Sua vida foi marcada por muitas dificuldades e seus escritos, freqüentemente permaneceram inacabados. No presente trabalho não se tem a pretensão de se sobrepor à totalidade que é o pensamento de Marx e de se subestimar a complexidade de suas idéias, declaradamente dialéticas (e, por isso, também contraditórias). Entretanto, procuramos fazer uso aqui de uma de suas principais lições: a crítica. Aliás, sem a crítica e a autocrítica constante e recursiva, não haveria como se avançar no conhecimento e se aproximar da verdade, em persistente mutação<sup>1</sup>.

Para tanto, nos interessa iniciar essa discussão pela apreensão do conceito de *práxis* em Marx e, assim, de aspectos sobre sua compreensão de ciência. Como se sabe, antes de iniciar seus estudos em economia e sociologia, Marx desenvolveu sua crítica à filosofia de Hegel e Feuerbach, carregando a partir daí traços fundamentais desses autores. Nesse sentido, percebe-se, como aponta Henrique Vaz (1982), que a *práxis* marxiana preservará tanto a exigência racionalista do pensamento de Hegel, quanto o empirismo de Feuerbach. E a fusão entre esses dois aspectos resultará em uma epistemologia original, pois, enquanto o primeiro apresenta uma compreensão dialética idealista da realidade (sem efetivamente transformá-la) e o segundo falha na tentativa de introdução do empirismo na escola hegeliana, para Marx o conhecimento estará constantemente e dialeticamente articulado e envolvido com a prática.

Assim, esta relação, desenvolvida a partir da superação de suas bases filosóficas, refletirá o fato de que a crítica marxista é carregada de juízos de valor, o que, como se poderia pensar, não diminui em nada o seu caráter rigorosamente científico. Nas palavras de Henrique Lima Vaz:

“(…) se é verdade que Marx entendeu dar à sua crítica da Economia Política um caráter rigorosamente científico, abandonando as considerações filosóficas sobre a ”alienação” e obediente à metodologia de uma exigente investigação empírica, não é menos verdade que a crítica da sociedade capitalista só se torna possível a partir de juízos de valor no que diz respeito à concepção do homem e que conduzem inevitavelmente ao problema da alienação”. (Vaz, 1982, p. 14).

Como explica Mandel, “o ponto de partida de Marx é a contestação prática da miséria operária, que cresce na mesma medida em que crescem as riquezas que essa mesma classe operária produz”<sup>2</sup>. Ou seja, é a partir da verificação de aspectos de sua realidade que Marx começa a entender e explicar o mundo – em uma concepção histórica, é a partir da constatação da exploração do homem pelo homem devido à relação de propriedade privada e à divisão do trabalho. Tais questões culminam diretamente para a concepção de alienação, quando a hegemonização do modo de vida capitalista faz com que seja natural que o homem não tenha mais propriedade sobre os produtos de seu trabalho, enriquecendo outros com os seus próprios produtos; quando o trabalho “se torna trabalho

<sup>1</sup> Sobre a projeção da crítica e suas implicações na atualidade do pensamento de Marx é de grande interesse o texto “O marxismo como pensamento crítico”, de João A. de Paula (2001).

<sup>2</sup> Mandel, 1968, p. 164.

em proveito dos que não trabalham”<sup>3</sup>. Assim, a ausência de juízos de valor na análise de Marx é impensável, e sua negação (como cada vez mais se procura fazer em Economia), constitui uma ambigüidade.

Com efeito, a constatação da desigualdade que vinha sendo produzida pelo advento do capitalismo se dá antes mesmo de Marx e Engels, no século XVIII e XIX, quando os primeiros representantes do socialismo começam a expor as graves feridas desse sistema. Sem dúvida, a obra “O que é a propriedade?”, de Pierre-Joseph Proudhon (1840) e as diversas experiências cooperativas de Robert Owen, além dos trabalhos de Fourier e Saint-Simon, têm inegável influência no futuro desenvolvimento da teoria da mais-valia de Marx. Entretanto, esses primeiros socialistas acabaram sendo classificados como utópicos, por acreditar, assim como Tomás Morus<sup>4</sup>, que seus sistemas seriam a forma mais perfeita possível de organização da sociedade.

### **Socialismo, socialismos**

O socialismo antes de Marx e Engels apresentava-se como um movimento disperso e limitado – e ainda hoje não há um conceito consensual de socialismo. Com efeito, o desenvolvimento do método dialético, a introdução de elementos da dinâmica dos processos históricos em contraposição à estática positiva da metafísica e a concepção materialista da história trouxeram elementos fundamentais para a superação, tanto teórica como prática, dos limites do socialismo até o século XIX. O marxismo permitiria, assim, um avanço imenso na compreensão sobre a dinâmica do sistema capitalista, até então insuficiente (ou equivocada). Ou seja, em Marx, não há rastro de utopismo, pois não cria uma ‘nova sociedade’, mas estuda o processo histórico de como uma nova sociedade pode nascer a partir da velha. Como afirma Engels:

“Desse modo, o socialismo já não aparecia como a descoberta casual dum ou outro intelecto genial, mas como o produto necessário da luta entre as duas classes formadas historicamente (...). A sua missão já não era elaborar um sistema o mais perfeito possível da sociedade, mas investigar o processo histórico econômico de que, forçosamente, tinham que resultar essas classes e o seu conflito, descobrindo os meios para a solução na situação econômica assim criada (...). Com efeito, o socialismo anterior criticava o modo de produção capitalista e as suas conseqüências, mas não conseguia explicá-lo nem podia, portanto, destruí-lo ideologicamente; nada mais lhe restava senão repudiá-lo, pura e simplesmente, como mau.” (ENGELS, 1985[1880], p. 53).

Portanto, segundo Engels, a construção de bases mais sólidas para uma teoria e uma práxis do socialismo só seria possível com a descoberta (que deveríamos a Marx) do segredo da produção capitalista – o capitalista compra a força de trabalho do trabalhador e dela retira mais valor do que lhe custa, se apropria de trabalho não pago e essa mais-valia permite a acumulação cada vez maior por esse capitalista. Estava assim fundado o socialismo científico, que representa a conscientização dos conflitos gerados no modo de produção capitalista, conflitos que “tem suas origens independente da atividade ou da vontade dos próprios homens que o provocaram”<sup>5</sup> e que a concepção materialista possibilita compreender.

---

<sup>3</sup> Idem.

<sup>4</sup> Escritor que cunhou o termo ‘Utopia’ [*u* - sem; *topos* - lugar], ainda no século XVI, para dar nome a sua ilha fictícia, num romance que representou uma das maiores críticas da sua época. Vale lembrar que os trabalhos dos socialistas chamados utópicos, suas teorias e práticas variavam muito entre si, sendo um perigoso erro colocar todos no “mesmo cesto”. O que há de comum entre eles, além da forma árdua e direta com que apontam os problemas sociais de sua época, mostrando que as soluções aplicadas até então estavam longe de sua verdadeira causa e essência, é que as aplicações de seus projetos, expressão da “verdade absoluta”, não causaram a revolução que eles acreditavam que causaria.

<sup>5</sup> Engels, 1985[1880], p. 56.

Conseqüentemente, Marx voltou seus esforços muito mais para a compreensão do capitalismo do que para a formulação de um plano de desenvolvimento do socialismo ou do comunismo (apesar de tê-lo feito de forma dispersa e sem sistematização em trechos espalhados entre diversos trabalhos). Como nos recorda Vânia Bambira, “para os fundadores do marxismo, a temática da transição socialista não chegou a ser objeto específico de investigação”<sup>6</sup>. Dessa forma, a concepção básica de Marx era de que as sociedades de classes são fases históricas determinadas do desenvolvimento da produção. E do mesmo modo que em certo momento da história o capitalismo se mostrou superior ao feudalismo, futuramente e inevitavelmente a luta de classes conduziria a uma fase de transição para uma sociedade superior, a qual ele via como o comunismo. Isso é o que Lefévre (1978) denominou de uma espécie de teoria da obsolescência das sociedades em Marx. No trecho da carta apresentada abaixo, o próprio Marx afirma:

“O que eu trouxe de novo tem sido demonstrar: 1) que a existência de classes está ligada apenas a determinadas fases históricas do desenvolvimento da produção; 2) que a luta de classes conduz, necessariamente, à ditadura do proletariado; 3) que essa mesma ditadura, de per si, não é mais do que o trânsito para a abolição de todas as classes e para uma sociedade sem classes (...)”. (Marx, carta a Weidemayer em 1852, apud, Bambira, 1993).

Antes de discutir mais detidamente as características desse processo é necessário fazer uma distinção mais clara sobre as diversas acepções de socialismo e comunismo. Sweezy (1973) esclarece que enquanto o socialismo não possui uma definição amplamente aceita e consensual, o comunismo sim. Segundo o autor, este seria o sistema superior ao capitalismo, desenvolvido historicamente. É possível afirmar, de modo geral, que no sistema comunista as classes não mais existem; o estado se extingue; as formas perversas de divisão do trabalho são superadas; são abolidas as diferenças entre a cidade e o campo e entre o trabalho manual e intelectual; e a distribuição se faz de acordo com as necessidades da sociedade. Como reforça Rosanda (1973), o pensamento marxista afirma a possibilidade de uma democracia plena e direta somente com a extinção das relações de produção capitalistas e a unificação da sociedade pelo comunismo, através da gestão direta da totalidade do produto social.

De acordo com a forma com que se apresenta essa tese de Marx sobre o comunismo, como estágio final de evolução humana, pode se cair no erro de se assemelhar este aos sistemas estáticos dos socialistas utópicos. Entretanto, para os que assim o vêem, é preciso recordar que “apresentar uma política absoluta para um conhecimento absoluto (..) destrói o pensamento marxista pelas suas raízes”<sup>7</sup>. A análise marxiana em sua complexidade não possui ambigüidade quanto a isso.

É, portanto, no processo de transição que vai se desenrolar a discussão, no momento em que a passagem do capitalismo ao comunismo não se daria de maneira repentina, mas por um processo gradual que seria o socialismo. Embora, para todos os marxistas, o socialismo não seja um fim, mas um meio, uma fase intermediária entre o capitalismo e o comunismo, não há consenso, nem mesmo entre os socialistas, sobre as características dessa fase intermediária. Ou seja, existem diferentes concepções sobre o caminho que conduziria a sociedade a tal sistema que permitiria a liberdade e o amplo desenvolvimento das capacidades humanas<sup>8</sup>.

Entre diferentes alternativas, Sweezy apresenta uma das definições de socialismo (da qual ele mesmo já foi adepto) como aquela caracterizada pela propriedade estatal dos meios de produção e decisão e pela ampla planificação da economia, processo ocorrido, por exemplo, na URSS. Segundo

---

<sup>6</sup> Bambira, 1993, p. 19. Embora não seja objeto deste trabalho explorar a temática nesse sentido, Vânia Bambira defende que, “é justamente a contribuição de Lênin que fundamenta em definitivo a teoria da transição socialista”. Enquanto “Marx e Engels lançam cimentos para a fundação dessa teoria, (...) Lênin, retomando e enriquecendo essa base à luz da prática, confere-lhe sistema e consolidação” (idem, p. 10/11).

<sup>7</sup> Lefévre, 1978, p. 80.

<sup>8</sup> Sweezy, 1973, p. 1.

a teoria afirmava no início dessas experiências (embora pouco se declarasse), o dinamismo interno provocado por essas condições levaria a sociedade socialista ao comunismo. Entretanto, não existia razão alguma para que o planejamento centralizado e a propriedade estatal dos meios de produção pudessem produzir um movimento ao comunismo. Isso deveria caminhar para a destruição de todo poder do estado, o que, vale lembrar, não ocorreu em nenhuma sociedade do século XX dita socialista que estaria atravessando um possível processo de transição.

Para Bambira (1993), sem dúvidas essas sociedades reproduziram, apesar do discurso contrário, as relações de produção do capitalismo e não alteraram a condição entre dominantes e dominados, essencial para o alcance do comunismo. Nesse sentido, a ‘ditadura do proletariado’ foi um termo infeliz tendo seu sentido original desvirtuado na prática, utilizado de forma pouco responsável em inúmeras más interpretações a fim de justificar as práticas ditatoriais que mantinham nenhuma relação, que não de alienação, e promoviam nenhuma ação consciente do proletariado. No que se refere às acusações e interpretações rasteiras que responsabilizam a teoria de Marx por esses processos aberrantes, João Antônio de Paula afirma: “o preço demasiadamente elevado que o marxismo pagou ao stalinismo precisa ser definitivamente superado, e suas lições apreendidas”<sup>9</sup>. E Sweezy completa apontando que “este concepto tradicional del socialismo es completamente inadecuado como objetivo e critério del logro por parte de un gobierno revolcionario encaminado en la larga via hacia el comunismo”<sup>10</sup>.

Com efeito, como argumenta Sweezy delineando uma crítica a outras propostas socialistas, o controle das empresas econômicas pelos trabalhadores, como no caso da Iugoslávia, se ainda dominado pelas relações de valor, também não significa uma mudança fundamental. Representaria, para ele, uma espécie de capitalismo coletivo e não socialismo, onde há apenas uma transformação efetiva para um pequeno núcleo de trabalhadores privilegiados dentro de determinada empresa. Conclui relembando a velha afirmação de Marx de que, em qual quer que seja o socialismo, os trabalhadores não devem apenas tomar posse do aparelho estatal burguês estabelecido, mas devem romper com este e destruí-lo inteiramente, criando uma nova base de ordenação social.

A comuna de Paris, apesar de seu tempo curto de vida, é um dos melhores exemplos, cujo fracasso reflete, na verdade, uma das maiores vitórias do socialismo. Enquanto as inúmeras experiências de revolução acabaram por fracassar porque, ao final, perderam todo o seu caráter socialista, a causa da derrota da comuna para Marx (e de fato, ele critica essa atitude) deve-se exclusivamente ao seu ‘bom coração’. Contraditoriamente, não prosperam por ‘escrúpulo de consciência’, porque não queriam iniciar uma guerra civil, como afirma Marx. Entretanto, acho eu, se o tivessem feito, correriam o risco de fracassar pelo abandono dos seus ideais, o que seria tremendamente mais prejudicial para a luta político-ideológica socialista a ser movida pelas gerações seguintes.

O termo comunismo, atualmente, não é praticamente discutido nessa significação, tendo seu uso sido vulgarizado, principalmente durante o período da guerra fria<sup>11</sup>. Alguns grupos isolados, liderados, geralmente, por partidos ou facções radicais, ainda assumem o comunismo, que, para muitos (e algumas vezes mesmo para a esquerda menos ‘subversiva’), ainda tem um tom de ameaça, não apenas à ordem vigente, mas inclusive às possibilidades de diálogo pacífico. Assim, no

---

<sup>9</sup> Paula, 1994, p. 194.

<sup>10</sup> Sweezy, 1973, p. 9.

<sup>11</sup> O senso comum do cidadão norte-americano há poucas décadas atrás (e talvez até hoje) dizia simplesmente que era preciso lutar contra o “comunismo” (repressor, ateu e diabólico) em nome da liberdade (do mercado e da propriedade privada). Carla Rodeghero, apresenta uma interessante discussão sobre o anticomunismo católico nos EUA e no Brasil durante a guerra fria, mostrando que, mais do que uma manifestação religiosa, a ideologia que mediava a sociedade norte-americana poderia ser considerada uma “religião civil” baseada em questões políticas, econômicas e sociais. “Assim, a pertença a uma igreja e uma atitude abertamente favorável em relação à religião se tornaram formas de afirmar o *American Way of Life*, especialmente porque a União Soviética e seus aliados assumiram oficialmente o ateísmo”. (Rodeghero, 2002, p.473).

meio acadêmico, embora essa discussão esteja distante do *mainstream*, da teoria amplamente aceita como ciência, há uma preferência clara pelo uso do termo socialismo, que, como vimos, adquire diversos sentidos apesar de se apoiar em uma mesma base político-ideológica de evolução e desenvolvimento humano.

### **Determinismo e transição**

A análise de Marx sobre o capitalismo se faz, portanto, sob a perspectiva de uma sociedade superior, comunista, sendo que a transição emerge como uma resultante lógica e histórica desse processo<sup>12</sup>. E é de se notar que Marx e Engels apreenderam a natureza profundamente revolucionária do modo de produção capitalista mais nitidamente e muito mais lucidamente do que os próprios intelectuais que viam nesse sistema o único caminho para o desenvolvimento. Faz isso rompendo com a inviolabilidade da propriedade privada, mostrando que a visão a-histórica dos economistas clássicos era válida apenas para o sistema capitalista e que este não existiu sempre e que certamente não será eterno. Chega à conclusão de que a conjugação da divisão do trabalho, da propriedade privada e da produção mercantil se torna instrumento de alienação, onde o trabalho, fonte última do valor, se torna trabalho alienado e as relações humanas, relações de alienação<sup>13</sup>.

Assim, contrapondo diretamente a teoria dominante (diversas vezes criticando duramente inclusive os pensadores socialistas), Marx inicia sua crítica à Economia Política da época, que se mostra submersa em uma ideologia que encobre com uma nuvem de neblina a realidade da exploração contida na propriedade privada. Essa ciência, desumana e infame, afirma, não se interessa de fato pelo homem, não dá valor a vida humana e reduz o trabalhador a mero custo de produção, tratando apenas da produção do lucro dos capitalistas e da renda dos proprietários fundiários.<sup>14</sup>

A primeira vista pode parecer contraditório que a teoria do valor-trabalho, originalmente desenvolvida pelos economistas burgueses tão criticados por ele, tenha servido de base para Marx demonstrar a origem da apropriação de trabalho pelos capitalistas, ou seja, da mais-valia. Na verdade, uma análise mais cuidadosa da questão permite recordar que, de início, Marx rejeitou a teoria do valor de Ricardo. Apenas após um aprofundamento de seus estudos econômicos e de uma *superção analítica* das contradições que ele acreditava ter descoberto nesta teoria foi possível uma mudança de posição. Não por uma possível agitação revolucionária que esta teoria poderia gerar, mas pela superção em termos da reflexão dialética sobre a realidade da qual a abstração ricardiana (que parecia querer moldar a realidade de acordo com a teoria) poderia expressar apenas uma verdade aparente<sup>15</sup>.

Por enquanto, nos interessa discutir como Marx destrincha a lógica e o caminho do capitalismo como ninguém antes, compreendendo seu caráter revolucionário e sua intensa capacidade de expansão e reprodução de suas relações de produção. Após a descoberta da América e o aumento da concorrência com as colônias, quando a renda fundiária começa a cair, os comerciantes dos Estados-nações, impulsionados pela revolução industrial e pelo aumento de produtividade com a divisão do trabalho, se transformam na burguesia, nova classe revolucionária, que domina a grande fábrica moderna. Esta, tomando a frente dos antigos grupos latifundiários mais poderosos, faz com que o campo se submeta à cidade e, rapidamente, se expande globalmente obrigando todos a se apropriarem do seu modo de produção. É dessa forma que o capital, movendo os homens e as nações pela concorrência pelos mercados mundiais, possibilita um avanço colossal da ciência, da

---

<sup>12</sup> Bambira, 1993.

<sup>13</sup> Mandel, 1968, p. 31.

<sup>14</sup> Idem, p. 45.

<sup>15</sup> Não surpreende que “numerosos economistas mais conservadores chegassem a considerar a teoria do valor de Ricardo não somente como logicamente incorreta, mas ainda como socialmente perigosa”. (Ibidem, p. 49).

tecnologia e de sua aplicação para o desenvolvimento da produção mercantil. Para Marx, tal impulso dado às forças produtivas não poderia ocorrer senão devido ao capitalismo<sup>16</sup>.

Mas não é possível se considerar de modo tão determinístico que a evolução tecnológica teria imposto a revolução capitalista. Um longo caminho teve que ser percorrido para que a opção industrial vigorasse frente à produção simples de mercadorias, bem além da superioridade competitiva para produzir melhor e mais barato. Foi necessário dismantelar todo o aparato tradicional de regulação e distribuição do produto social, que impedia a livre iniciativa e a livre concorrência dos mercados. Segundo Singer, “a partir do abandono das regras que protegiam o antigo regime de produção, o capitalismo teve o caminho livre para se tornar o modo hegemônico de produção”. Novas regras, hoje bem conhecidas, com base no *laissez-faire* e na ideologia do individualismo e da relação monetária foram formuladas, deixando “a solidariedade social relegada ao âmbito privado e íntimo da religião”<sup>17</sup>.

No entanto, como coloca Marx, o capital não pode crescer sem desenvolver o proletariado – enquanto a concentração de riquezas nas mãos de uma classe aumentava, a concentração da miséria crescia na mesma proporção para outra classe. E é então que as armas da burguesia, usadas na luta contra o feudalismo, se voltariam contra ela mesma. Por um lado, pela criação de uma classe, que, ficando em condições cada vez piores, se torna revolucionária, e por outro lado, pelo fato de que esse desenvolvimento brutal da produção acaba gerando as crises mais contraditórias<sup>18</sup>. Chega um momento em que o crescimento brutal das forças produtivas entra em contradição com as suas relações de produção, quando estas impediriam a acumulação e a reprodução do capital. A luta dos trabalhadores pela defesa dos salários se transformaria até se tornar uma luta política contra o trabalho assalariado e pela criação de uma nova sociedade, fundada na apropriação coletiva dos meios de produção e na associação livre de todos os produtores.

Nesse sentido, começa a ficar mais clara a visão de Marx sobre a possibilidade do surgimento de sociedade superior a sociedade capitalista. Porém, para ele, essa sociedade só poderia vir a surgir com o alto nível de desenvolvimento das forças produtivas possibilitado pelo capitalismo, o que permitiria a satisfação de todas as necessidades dos indivíduos. À medida que o capital provoca o desenvolvimento científico e tecnológico e aproxima o processo produtivo da automação, a contradição entre o tempo cada vez menor de trabalho vivo necessário e a apropriação de mais-valia se manifesta, engendrando a crise. Não deixa de ser sempre interessante extrair uma citação clássica, como muitos já fizeram, do polêmico prefácio de *Para a crítica da economia política*, pois não se poderia expressar melhor a questão:

“O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência dos homens que determina sua existência. A um certo nível de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção em vigor, ou – o que não passa de uma expressão jurídica das mesmas – com as relações de propriedade, no seio das quais elas se moviam até então. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações se transformam em grilhões das mesmas. Começa então um processo de revolução social. Com a mudança da infra-estrutura econômica toda a imensa supra-estrutura se revoluciona mais rápida ou mais vagarosamente”. (Marx,[1859]).

É necessário ainda precisar que não é possível pressupor um determinismo automático entre o grau de desenvolvimento da indústria e o grau de consciência de classe para o alcance do socialismo,

---

<sup>16</sup> (Ibidem, p. 59). Essa é a base dos trabalhos de Schumpeter, quando analisa como, no capitalismo, o desenvolvimento das forças produtivas por meio da corrida por inovações (que gera o processo de destruição criadora) é conduzido somente pela busca pelo lucro extraordinário, permitindo a acumulação de capital. Faz isso otimizando efetivamente suas forças, que incluem, sem escrúpulos ou qualquer consciência, também a guerra, o avanço do imperialismo e a devastação da natureza.

<sup>17</sup> Singer, 1998, p. 62.

<sup>18</sup> Mandel, 1968, p. 59/60.

assim como esta conscientização não se daria, para Marx, de forma retilínea. Existem evidentes relações dialéticas entre esses dois desenvolvimentos, até surgirem condições favoráveis à derrubada do capitalismo. Marx atribui ao proletariado o papel-chave do sucesso do socialismo, o que mostra que o essencial é saber se as condições objetivas (resultantes do funcionamento do regime) e subjetivas (que fazem com que o trabalhador se considere em uma situação inferior e insatisfatória) impulsionam a classe operária periodicamente para o caminho de uma contestação do capitalismo<sup>19</sup>.

Contudo, é notório em Marx, que são as condições materiais que dariam as condições ideológicas para a contestação do sistema. Como diz Mandel, para Marx, “o reino da liberdade não começa senão além do reino da produção material. (...) A verdadeira solução residiria, para Marx em uma verdadeira redução tão radical do tempo de trabalho (do tempo necessário) que as relações entre “trabalho” e “lazer” se encontram totalmente subvertidas”. Nesse momento, o trabalho imediato deixaria de ser a grande fonte de riqueza e o tempo de trabalho de ser a medida dessa riqueza. Portanto, o valor de troca deixaria de ser medida do valor de uso. E a abolição do capitalismo seria a condição que permitiria essa redução para um número muito mais elevado de indivíduos<sup>20</sup>. Como podemos verificar, há ao menos um tom de determinismo:

“Tal revolução não é possível senão nos períodos nos quais estes dois fatores, as forças produtivas modernas e as formas de produção burguesas entram em contradição uns com os outros (...). Uma nova revolução não é possível senão em seguida a uma nova crise. Ela é tão certa quanto esta”. (Marx, apud Mandel, p. 71).

Em grande medida, essas conclusões (e previsões) de Marx se devem a seu método, o materialismo histórico. É na *Ideologia Alemã* que se encontra uma primeira definição (e depois no prefácio de *para a crítica da economia política*) e também se vêem as primeiras afirmações de que a sociedade deve se transformar por meio de contradições, quando o desenvolvimento surpreendente das forças produtivas faz com que estas se tornem forças destrutivas. Assim, a obra de Marx tem como alicerce analítico-metodológico a concepção de que a base e ordem da vida social são dadas pelos seus fundamentos materiais, pela economia<sup>21</sup>. A “descoberta” da economia como eixo estruturante da anatomia da sociedade civil o permitiu formular sua crítica à sociedade burguesa, porém, por si só não é suficiente para dar base a uma teoria e prática da transição socialista.

Na *Crítica ao programa de Gotha*, Marx oferece, de forma um pouco mais sistematizada, uma visão de projeto socialista. Nesse texto, ele identifica o desenvolvimento das forças produtivas e, em consequência, uma situação efetiva de abundância, como condição sem a qual a transformação não seria possível. Como afirma, “quando, com o desenvolvimento diversificado dos indivíduos, suas forças produtivas tiverem se incrementado também, e todas as fontes da riqueza coletiva jorrarem com abundância – só então o horizonte estreito do direito burguês poderá ser totalmente suplantado (...)”<sup>22</sup>.

Entretanto, parece ser possível identificar um sentido incompleto em seu pensamento (ao menos tomando esse texto isoladamente). O próprio Marx compreendia que as necessidades fisiológicas (que, de acordo com a produção mundial de alimentos, há séculos já poderiam ser satisfeitas) são substituídas, de acordo com o processo de desenvolvimento, por necessidades adquiridas socialmente, historicamente criadas (logicamente, estas não crescem apenas para o proletariado, mas também para a burguesia). Destarte, a cada dia novas necessidades são criadas e, apesar de aumentar a quantidade absoluta de bens que o trabalho pode comprar, estes suprem cada vez uma porção menor das necessidades criadas, o que torna cada vez mais inevitável a pauperização, ao

---

<sup>19</sup> Idem, p. 28.

<sup>20</sup> Ibidem, p. 117.

<sup>21</sup> Vale lembrar que, embora ampla, sua teoria não quer dar conta de tudo o que abrange a economia.

<sup>22</sup> Marx, K., 2002[1875], p. 108.



menos relativa, do proletário. A conclusão é de que, dentro dessa dinâmica do capitalismo, se por um lado a abundância é necessária para o socialismo, por outro, nunca será satisfeita (além de que não é tão trivial que a pauperização acabe engendrando uma revolução)<sup>23</sup>. Com efeito, se é justamente esse desenvolvimento material que abriria caminho para a transição, quando esta seria possível, já que a abundância não é possível?

Ora, Marx não “revelou” claramente como realmente seria esse processo de superação do capitalismo (e de fato, não tratou o tema de forma sistemática). Em alguns momentos, apresentando traços não-deterministas, afirma que esta superação está indefinida, sendo resultante do processo de constantes lutas de classes, de uma aposta na construção de um mundo com igualdade e liberdade, como interpreta João Antônio de Paula (1994; 2001). Em outros momentos, apresenta um determinismo marcante ao afirmar que a superação do capitalismo é um processo histórico inevitável e será possível quando este cumprir sua missão histórica de desenvolvimento das forças produtivas.

Afinal, o alcance de uma sociedade superior será um processo natural, do qual a nós, homens comuns, resta apenas esperar com paciência? Ou é uma transformação a ser conduzida por nossa ação direta e consciente? As respostas de Marx são diferentes em diferentes etapas de sua vida, porém não necessariamente ambíguas. Enquanto podemos perceber claramente nos textos do jovem Marx, uma visão mais idealista e revolucionária, típica de um jovem engajado impaciente para realizar as mudanças necessárias, o velho Marx se mostra mais maduro, sisudo e mais conformado (apesar de não perder o romantismo) quanto ao longo tempo necessário para se projetar mudanças radicais (afirmando inclusive a necessidade da passagem por esse sistema destrutivo e predatório) rumo a uma nova ordem nas relações humanas. Talvez de modo ainda um pouco especulativo, mas respondendo a esse possível conflito entre o jovem e o velho, parece-nos aceitável sintetizar essas visões numa fusão entre determinismo e não-determinismo. Em outras palavras, a evolução histórica das sociedades a conduz a uma situação – inevitável – em que se atingirá a sociedade superior (esse é o lado determinístico), porém, o tempo e as condições em que isso se dará são imprevisíveis só podendo se revelar historicamente e dependeriam, aí sim, do resultado não de apenas uma luta genérica de classes, mas de diversos conflitos e diversas vitórias e derrotas em diferentes níveis, escalas e condições histórico-culturais (e esse é o lado não-determinístico). Daí a importância de se ver que em Marx (e isso vale para Marx em qualquer idade) as mudanças (necessárias) só virão da ação – da *práxis* – e quanto antes e de forma mais decisiva e intensa essas ações forem tomadas, mais próximo estaremos desse estágio.

Paralelamente, não se pode considerar que em Marx o indivíduo é constrangido pelo meio social, mas sim que ele se liberta na medida em que toma consciência de sua condição. Talvez a incoerência mais aparente seja o grande peso das condições materiais como requisito necessário nessa transformação. Entretanto, como Marx coloca no prefácio, estas são somente as conclusões gerais de um longo e penoso trabalho de conscienciosas pesquisas as quais não tinha dúvidas que gerariam numerosos conflitos.

Por tudo isso, um estudo mais completo e rigoroso se faz necessário para dar mais consistência à tese que apresentaremos a seguir e, de fato, tal estudo não seria viável no escopo do presente trabalho, que se trata apenas de um ensaio inicial. Antecipando nossa hipótese central (que discutiremos a frente como peça chave para a economia solidária), um socialismo verdadeiro não

---

<sup>23</sup> Nas últimas décadas, após a crise do fordismo, o que o capitalismo parece demonstrar é que nem mesmo necessita mais da manutenção de um exército de reserva para reproduzir-se. De fato, antes os excluídos faziam parte da população trabalhadora desempregada e marginal, dentro de um processo determinado. Hoje se pergunta: quem são os excluídos? Na verdade não são excluídos, pois nunca foram incluídos, nem fizeram parte do desenvolvimento do capitalismo central. Têm grande peso na população, mas não participam do circuito de consumo, produção e financeiro do capitalismo global. Por isso, Lefebvre (1978) aponta que a possível crise não mais se caracteriza como uma crise no processo de acumulação, mas sim se apresenta na dificuldade do capitalismo em reproduzir suas relações de produção.

parece ser provável se dependente das condições materiais. Ou seja, o socialismo, acreditamos, dependerá antes de uma opção política e de uma convicção consciente, orientada pela solidariedade, que somente se mostra como uma ação autêntica dentro da falta de condições materiais e não da abundância. Isso não significa que o socialismo depende de um ‘voto de pobreza’, mas que sua construção requer simultaneamente o desenvolvimento de uma outra lógica de distribuição e emprego das forças produtivas.

Marx, de forma menos direta, mas dentro de uma lógica semelhante de tal reversão de valores, chega a algo que se assemelha a solidariedade que discutimos. É também na *Crítica ao programa de gota* que se encontra a afirmação “*de cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades*”, (e não “segundo seu trabalho”, como se costuma inverter) que representa o *lema* do sistema que propunha e que vai bem além da simples divisão do produto pelo tempo e qualidade do trabalho. É então que explicita alguns problemas da concepção simplista da distribuição do produto social segundo o trabalho.

Assim como o direito, que para ser justo deve ser desigual (e não igual), deve tratar de forma diferente aqueles que são diferentes, também a parte que convém a cada um do produto social deve ser desigual em relação ao seu trabalho, que também é desigual<sup>24</sup>. Por exemplo, para crianças, idosos e deficientes, não pode ser a lei do valor de troca que permitirá a satisfação de suas necessidades. Logo, as desigualdades e os privilégios de trabalho ou lazer não podem ser justificados simplesmente pelas diferenças de atividades<sup>25</sup>. Começa a se delinear aqui uma nova compreensão e uma nova forma de pensar a distribuição do produto socialmente construído, que, dentro do sistema imaginado por Marx, não responderá à lei do valor, mas a outros critérios.

### **Da aceitação à recusa à lei do valor**

A teoria do valor-trabalho, desenvolvida pelos economistas da escola clássica e refinada por Marx, expressa a idéia de que o valor das mercadorias é medido pela quantidade de trabalho socialmente necessário para sua produção. Com base nessa teoria, que não é absoluta, mas é válida somente para a análise de uma economia de mercado, Marx pode chegar a uma conclusão lógica e demonstrar que o capitalismo baseia-se na exploração do trabalhador pela apropriação do trabalho excedente. Desse modo, a acumulação de lucro nada mais seria do que a apropriação do que se denominou mais-valia.

Pautados nessa demonstração, que jamais foi refutada de forma consistente, e talvez sem compreender toda a essência da teoria do valor, diversos movimentos socialistas depois de Marx defenderam o socialismo como o sistema que poderia oferecer uma justa distribuição do produto do trabalho e, assim, impedir o mecanismo de exploração do trabalhador por meio da abolição da propriedade privada. O que não perceberam é que o problema não termina aí, vai além, pois a lei do valor, que determina o valor da força de trabalho, só pode perdurar no capitalismo, onde o trabalhador se torna mercadoria. No socialismo, embora pudesse haver melhor distribuição do produto segundo a lei do valor, esta não poderia ser o critério para sua distribuição, ao passo que se tornaria apenas um princípio ordenador de planificação.

Ao contrário do que se afirma, a existência de formas de regulação do produto social capazes de permitir a existência da coletividade não depende em nada da lei do valor e da configuração de relações mercantis. Nesse sentido, diversos autores mostraram que a produção capitalista, com base na dominação do mercado e na lei do valor, não foi (e provavelmente não será) a única forma de

---

<sup>24</sup> Marx, K., 2002[1875].

<sup>25</sup> Idem, p. 39-40.

regulação do produto social que se teve no mundo<sup>26</sup>. Ao contrário, historicamente existiram (e ainda sobrevivem) diversas formas capazes de permitir a existência da coletividade que não são baseadas na relação capitalista, ou ao menos, onde essa relação não está plenamente configurada. Polanyi (1980[1944]) afirma que “a economia de mercado é uma estrutura institucional, e sempre nos esquecemos disto, que nunca esteve presente a não ser em nosso tempo”<sup>27</sup>. O fato de que a introdução da máquina na Revolução Industrial se deu em meio a uma economia de mercado certamente tem íntima relação com os devastadores efeitos provocados na sociedade naquela época. Não há melhor exemplo histórico que mostre, ao menos em termos de recursos disponíveis e desenvolvimento das forças produtivas, a contradição quando se quer defender que a existência e reprodução da sociedade necessitem das categorias como mercadoria e produção mercantil.

O erro vem desde a geração de economistas após Adam Smith, que, com o conceito de divisão do trabalho e da ação pelo auto-interesse que tenderia a levar o homem a um estado *natural* de troca, desviaram todo o interesse histórico da economia e marcaram as (ou a falta de) análises sobre o homem primitivo, que poderiam ser altamente relevantes para os problemas de nossa época. Com efeito, a maioria das sociedades primitivas não possuía um sistema de mercado estabelecido. Para se entender sua formação seria necessário ligar história econômica e antropologia social, algo nunca feito consistentemente (e que alguns poderiam dizer, por longo tempo evitado). Como afirma, Polanyi, “a Economia do homem está submersa em suas relações sociais”<sup>28</sup>, suas ações não são movidas pelo interesse individual de acumulação material, mas por sua situação social.

Essa conclusão é reforçada pelas conhecidas pesquisas sobre as comunidades na Melanésia, onde inexistente a motivação pelo lucro, o trabalho assalariado e qualquer instituição baseada em motivações econômicas, mostrando que estas motivações “se originam no contexto da vida social”<sup>29</sup>. Nessas comunidades, a ordem na produção e na distribuição é garantida por outros princípios, quais sejam, o da *reciprocidade e da redistribuição*, onde um indivíduo é beneficiado segundo seus atos de virtude cívica, de modo que sua reputação (segundo o cumprimento do trabalho e da oferta dos melhores produtos da colheita para a família de sua esposa, no caso da Melanésia) é de extrema importância para manter o equilíbrio de subsistência familiar. Nesse sentido, os padrões institucionais e os princípios de comportamento se ajustam mutuamente e o sistema econômico é dirigido, fundamentalmente, por motivações não-econômicas.

“Numa tal comunidade, é vedada a idéia do lucro; as disputas e os regateios são desacreditados; o dar graciosamente é considerado como virtude; não aparece a suposta propensão ‘a barganha, permuta e troca’ [como sugeria Adam Smith]. Na verdade, o sistema econômico é mera função da organização social”. (POLANYI, 1980[1944], p. 64).

Para além da reciprocidade e da redistribuição, o trabalho clássico de Marcel Mauss sobre a dádiva, também como crítica a generalização da concepção utilitarista nas ciências sociais, é atualmente retomado por Allan Caillé e Jacques Godbout, entre diversos autores<sup>30</sup>. Esses estudos têm apontado que existem, dentro de qualquer sociedade, situações em que os homens tomam ações econômicas em favor do outro sem esperar nada em troca, movidos pelo dom ou pela dádiva. Como afirmam Lechat e Schiochet (2003), essas relações não se restringem a grupos familiares ou de amigos, mas se dão também (e talvez mais hoje do que antes) entre desconhecidos, sem que nem mesmo se veja o resultado da ação. Isso ocorre, por exemplo, quando a doação de sangue, as ações humanitárias ou o trabalho voluntário são realizados como dádiva, o que reforça a não linearidade que ocorre na

<sup>26</sup> Nesse sentido, os trabalhos de A. Chayanov, M. Mauss, K. Polanyi, M. Sahlins e P. Clastres, entre outros, são exemplos de estudos que, apesar de manterem suas especificidades, apresentam formações sociais dotadas de certa estabilidade estrutural, onde, a existência da coletividade não depende absolutamente de relações capitalistas de produção.

<sup>27</sup> Polanyi, 1980[1944], p. 55.

<sup>28</sup> Idem, p. 61.

<sup>29</sup> Ibidem, p. 62.

<sup>30</sup> Os dois autores se destacam, tendo fundado o Movimento Antiutilitarista nas Ciências Sociais (MAUSS).

relação entre meios e fins<sup>31</sup>. Nesse processo, podem ser formadas redes de confiança regidas pelo dever de dar, receber e retribuir, nas quais, quando algo é oferecido, não se sabe como nem de que forma poderá retornar. Daí a dialética de que ao mesmo tempo a dádiva pode ser interessada e desinteressada.

“Na sociedade atual, ao lado da circulação dos bens e serviços no mercado, e da circulação assegurada pelo Estado sob forma de redistribuição, existe um enorme contingente socioeconômico mal percebido, no qual os bens e serviços transitam em primeira instância através dos mecanismos do dom e do contradom. É esse conjunto de fenômenos que agrupamos sob o conceito de economia da dádiva”. (LECHAT e SCHIOCHET, 2003, p. 86).

Tudo isso para mostrar que o processo de superação do capitalismo e construção do socialismo é o processo de formulação de um modelo fundado FORA da base da lei do valor, onde o trabalho e a força de trabalho não mais são determinados pelo mercado, como mercadoria, mas resultam de uma lógica completamente diferente de interação e compromisso social. Nos parece que é com isso em mente que Singer (2003) analisa as diversas experiências que têm se multiplicado no Brasil e no mundo sob o título de economia solidária, que reproduzem claramente relações de dádiva dentro dos interstícios do capitalismo.

Para o autor, a sociedade brasileira, e o sistema sócio-econômico aqui formado, é constituído por diferentes modos de produção que competem entre si. Além do sistema capitalista hegemônico, caracterizado pelo conflito entre capital e trabalho, pelas relações de propriedade e de assalariamento, e cuja lógica é o lucro, há uma série de formas não-capitalistas de produção. Entre elas, têm-se, por exemplo, a pequena produção familiar, onde não há distinção entre a remuneração do capital e a remuneração do trabalho, apesar de produzirem mercadorias para o mercado capitalista; a produção sem fins de lucro pelos estabelecimentos do Estado como escolas e hospitais (que empregam assalariados); e, finalmente, os empreendimentos formados por trabalhadores associados em cooperativas e empreendimentos autogestionários ligados à redes de produção e consumo, que formam a economia solidária.

Uma melhor compreensão sobre essas experiências e as comunidades primitivas permite perceber que, mesmo com o capitalismo tendo se tornado hegemônico, formas alternativas de produção escapam a ele. Como aponta Paula (2000), o desenvolvimento de uma teoria, ainda inexistente, que incorpore as economias não capitalistas é importante inclusive para uma solução adequada para o problema da transformação entre valores e preços em Marx. Diversos estudos se voltam para a abertura do processo de compreensão da ‘desconfiguração’ da relação capital-trabalho/lucro-salário dentro dessas pequenas experiências, assim como sobre sua articulação dentro do sistema. De forma mais ampla, buscando uma totalidade no sentido marxista, Lefébvre, no livro *A sobrevivência do capitalismo*, aposta todas as suas fichas para a construção do socialismo na autogestão.

Lefébvre (1978) aponta que o que sustentaria, ou o que permitiria a reprodução de um modo de produção seria sua capacidade de reprodução de suas relações de produção. Ora, se a sociedade atual se encontra diante de um processo de difusão e aceleração do crescimento de atividades baseadas em relações de produção não capitalistas, não se pode excluir a possibilidade de ruptura do processo de reprodução do sistema – já que a reprodução de suas relações de produção está ameaçada. Diversas sociedades primitivas e a sociedade feudal, antes hegemônica, não conseguiram manter condições de reprodução de suas relações de produção, sendo sobrepujadas pelas relações capitalistas (de forma impositiva ou não). Assim, torna-se fundamental estudar até que ponto a

---

<sup>31</sup> O exemplo atual mais vigoroso de dádiva, em escala mundial, pode ser sentido na massiva corrente de solidariedade frente à tragédia asiática do final de 2004, onde milhares de toneladas de alimentos e mantimentos foram enviados para o auxílio às vítimas dos *tsunamis*. Ainda assim, não se pode ignorar a forte influência sensacionalista que os meios de comunicação sempre apresentam nesse tipo de tragédia.

multiplicação das novas relações de produção que têm sido observadas indicam – seja de forma gradual, seja de forma revolucionária – uma possibilidade de transformação radical da sociedade.

O elevado grau de desenvolvimento das forças produtivas proporcionado pelo capitalismo e o aumento do controle do homem sobre a natureza são freqüentemente vistos como um dos possíveis caminhos para essa transformação<sup>32</sup>. Contudo, os critérios para responder às clássicas questões econômicas (o quê, quanto, como, para quem produzir) colocadas para qualquer sociedade dependem de fatores complexos que governam seu modo de produção. A alternativa do capitalismo dirigido se mostrou falsa, assim como mais falhas ainda foram as práticas do socialismo burocrático. Assim, torna-se imperativo o desenvolvimento e a visualização de um caminho alternativo de transformação e desalienação da sociedade, que apenas parece ser possível com sua autogestão efetiva.

### **Alienação e Solidariedade**

Todos os homens e todas as sociedades até o tempo atual apresentaram alguma forma de alienação, em maior ou menor grau, de modo mais ou menos explícito, velado ou defendido por uma ideologia religiosa ou não. Contudo, o desenvolvimento histórico da humanidade mostrou que o homem foi capaz de ampliar constantemente as forças produtivas sociais, assim como seu conhecimento sobre o mundo e sobre si mesmo. Independentemente da ordem entre invenção e explicação teórica e apesar dos novos males que surgiram, as novas técnicas e toda a compreensão científica do mundo foi generalizada continuamente, em alguns momentos de forma mais lenta e passando por obstáculos rígidos, mas claramente de forma surpreendentemente rápida em momentos marcantes da história.

O fato é que o conhecimento humano, de forma geral, sempre avançou. E esse avanço pode e deve ser pensado não apenas de forma positivista, sobre o conhecimento técnico e científico em si, mas no desenvolvimento humano da forma mais ampla, inclusive sobre questões que envolvem juízos de valor. Vejamos, por exemplo, a exploração do trabalho, que nos períodos de escravidão ou de servidão era explícita e, vale lembrar, aceita naturalmente. Agora, para que se mantenha, essa exploração é velada, obscurecida pelo mecanismo do fetiche da mercadoria, demonstrado por Marx. O fato da exploração e da luta de classes se apresentar hoje dessa forma enevoada pode significar que, no mínimo, a situação de tempos históricos passados, onde a barbaridade era livre, não é mais aceita socialmente e que um mecanismo mais complexo é necessário para se manter a condição de dominantes e dominados. Por outro lado, também se poderia afirmar que a superação da exploração hoje se torna muito mais difícil, já que hoje seus mecanismos são muito mais complexos. A conclusão muda, no final, apenas de acordo com o ângulo que se quer observar.

Possivelmente, e aqui a posição é ainda mais uma previsão hipotética sobre o futuro, quando houver uma compreensão generalizada da condição de exploração atual, a venda do trabalho como mercadoria será algo tão abominado quanto é a escravidão hoje (apesar de sabermos que ainda hoje existe escravidão). Este seria um dos caminhos lógicos, talvez determinístico, quando se pensa no

---

<sup>32</sup> São bastante comuns as afirmações de que um sistema socialista não forneceria incentivos ao desenvolvimento tecnológico como o capitalismo, e daí a necessidade histórica deste sistema. Com efeito, tais afirmações são no mínimo duvidosas, já que, de um lado, nada impediria tal desenvolvimento numa sociedade socialista na forma com que vimos discutindo e, de outro, o elevado grau de desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo não significa em absoluto uma maior satisfação das necessidades humanas. Para uma discussão das deficiências do sistema capitalista no que toca o desenvolvimento tecnológico e uma discussão inicial das possibilidades desse desenvolvimento em uma economia solidária (por meio dos benefícios advindos do desenvolvimento de fatores como confiança, envolvimento e cooperação) ver Bertucci, 2004.

desenvolvimento da sociedade como um processo natural para a superação da alienação e para o alcance do socialismo. Essa perspectiva é muito clara em Marx:

“Nosso método põe em evidência os pontos nos quais deve introduzir-se a análise histórica, ou nos quais a economia burguesa, como mera forma histórica do processo de produção, aponta para além de si mesma, para os modos procedentes de produção históricos. (...) Esta análise correta leva de qualquer maneira a pontos nos quais, prefigurando o movimento nascente do futuro se insinua a abolição da presente forma das relações de produção [entre elas, o assalariamento]. Se por um lado as fases pré-burguesas se apresentam como pressupostos *puramente históricos*, ou seja, *abolido-se a si mesmas* e, portanto, como estabelecendo os *pressupostos históricos* para um novo ordenamento da sociedade”. (Marx, *Elementos Fundamentais para la critica de la economia politica*, apud Bambira, 1993, p. 25).

A busca pela superação da alienação é, assim, a busca pela completa consciência e libertação do homem e do entendimento de sua condição histórica. Esse caminho histórico da emancipação e da compreensão da essência humana é justamente o caminho que levará ao seu pleno desenvolvimento. Não sem conflitos, mas em meio a uma série de lutas de classe, cujos resultados, que só podem ser determinados historicamente, darão a forma e o tempo com que se poderá realizar a emancipação humana. Não que o homem alienado seja aquele que “perdeu sua essência”, mas é aquele que ainda não a compreendeu em sua totalidade<sup>33</sup>. Essa busca é, pois, o caminho para a desalienação. E ao falarmos sobre a busca pela emancipação, por liberdade, justiça ou igualdade, uma qualidade se faz absolutamente necessária para tornar esse caminho possível: a solidariedade. Na ausência da solidariedade, ou seja, sem a preocupação como outro que se reflete em ação (que, não se pode esquecer, deve ser crítica e raciocinada), nenhum de tais objetivos (socialistas) é justificado. Sem dúvidas é uma visão otimista, mas de forma alguma utópica.

Perante essa questão, reforçado pela fatalidade da experiência soviética, há ainda um grande ceticismo perante as possibilidades para o fim da alienação e para o desenvolvimento de uma sociedade mais solidária. Alguns autores defendem, talvez tentando resgatar Marx, que tal atitude está ligada a contextos históricos específicos (tanto das sociedades de base socialista quanto do Stalinismo), onde as condições reais para o fim da alienação, a infra-estrutura material e social necessárias ainda não estavam suficientemente desenvolvidas nessas sociedades. Com efeito, tanto a compreensão da inevitabilidade da alienação quanto à justificativa de que as condições para seu fim ainda não estavam dadas (pela via do desenvolvimento das forças produtivas) são superficiais frente à complexidade da análise marxiana e dificultam um olhar crítico e propositivo.

Concepções desse tipo são controversas e podem parecer tentativas frustradas de resgatar o marxismo por vias imperfeitas (afinal, como é possível saber quando as forças produtivas estão suficientemente desenvolvidas?). Para Marx, a superação do capitalismo e da ideologia capitalista, não se daria para todos os indivíduos de uma só vez, mas por um processo de evolução da sociedade em seu conjunto. Processo em que forças político-ideológicas estarão sempre se empurrando para frente e para trás. Essa superação, na prática não será dada senão quando os indivíduos passarem a realizar sua identidade com a sociedade através de uma atividade social fundada sobre uma ampla medida de decisões livres, o que implica não somente uma autogestão integral do trabalho ao nível da economia tomada no seu conjunto (no processo de produção, de distribuição e de consumo), mas ainda um enfraquecimento do Estado e o desaparecimento de todas as relações humanas fundadas na coação e na opressão<sup>34</sup>. Ora, parece evidente que tal condição não se diferencia em nada do projeto social que apresentamos aqui, de construção e desenvolvimento amplo e incondicional da solidariedade.

---

<sup>33</sup> Afirmar que haverá um momento e uma sociedade sem alienação, sem exploração e sem classes, possivelmente socialista, não significa dizer que surgirá o homem completo e uma sociedade perfeita, e não implica no fim literal da história, mas sim no início da “verdadeira história”, aquela construída de forma consciente e planejada.

<sup>34</sup> Mandel, 1968, p. 196/7.

## Considerações finais: por uma outra transição

Não restam dúvidas de que a forma que Marx dá ao processo de transição, com toda a ênfase no desenvolvimento das forças produtivas como condição necessária e natural no caminho do socialismo deve ser superada. Principalmente quando retomamos a sua própria perspectiva de emancipação humana e desalienação. É ao menos estranho que o alcance de uma sociedade socialista, solidária e coletivista, só possa ser alcançada em meio à abundância de condições materiais. Ora, qual o mérito de tal emancipação, qual o esforço evolutivo? A idéia de que o homem só começará a ajudar efetivamente e sistemicamente um ao outro, que o trabalho só será verdadeiramente livre, e que só cessará a alienação, quando o desenvolvimento das forças produtivas for tal que possa suprir todas as necessidades humanas (ou seja, que o socialismo depende de uma condição onde ninguém estaria disposto a perder) gera um grande embaraço mental, político e ideológico. Se não fosse uma parte pouco desenvolvida do trabalho de Marx, essa concepção pareceria identificá-lo com a pobre teoria utilitarista (vide *homo economicus*) dos economistas “vulgares” por ele mesmo tão criticados. Certamente não faremos tal acusação.

Não foram poucos os autores importantes que tentaram continuar esse trabalho, reafirmando as possibilidades de um processo de transição para um sistema superior ao capitalismo, que merecesse ser chamado socialismo. Contudo, as estratégias para isso poucas vezes foram tratadas de modo profundo. Resistindo a essa tendência, Paul Singer, repensando o socialismo em *Uma utopia militante*, coloca questões importantes em jogo. Afirma que a teoria de Marx, pautada nas inter-relações entre a infra e a supra-estrutura, revela com muita acuidade a dinâmica da revolução capitalista, na medida em que explica a longa passagem do feudalismo ao capitalismo. Ou seja, quando as forças produtivas entram em contradição com as relações de produção, o desenvolvimento de uma nova base material (nas brechas do feudalismo) instaura uma revolução nas suas relações sociais e institucionais formando e dando hegemonia às relações capitalistas. Do mesmo modo que afirma Godelier (1986), a análise marxiana, de forma mais consistente e estruturada, com base na concepção materialista é elaborada em primeiro lugar para explicar a queda do feudalismo e o surgimento da formação capitalista. A partir daí, alguns autores admitem a constituição dos primeiros fundamentos para se desvendar, de forma mais geral, as leis “científicas” que regulariam o surgimento, a evolução e o desaparecimento de dado organismo social, assim como a passagem para um sistema superior.

Contudo, por si só a mesma teoria não dá conta de explicar a (possível) revolução socialista. Tal revolução social, marcada por diversas conquistas como a legalização dos sindicatos, a regularização das cooperativas, a previdência pública até o sufrágio universal, assim como os recentes movimentos de autogestão operária, a generalização da educação, as mudanças nos hábitos de consumo, a preocupação ambiental, o desenvolvimento de atividades criativas, da ciência, das artes, os projetos reinserção social dos egressos do sistema prisional por cooperativas sociais, etc. representam uma transformação supra-estrutural muito clara e que não foi condicionada pelo desenvolvimento das forças produtivas, mas por uma reação de trabalhadores e de diversos segmentos sociais contra os prejuízos acarretados pelo capitalismo. Tais movimentos estiveram presentes em toda a história do capitalismo, independentemente do nível de desenvolvimento das forças produtivas.

Essa reação se transforma em movimento político, que em diversas fases da história produziu diferentes formas alternativas ao capitalismo de organização social e econômica. Para Singer, “O fracasso do ‘socialismo realmente existente’ revelou que o socialismo sem aspas terá de ser construído pela livre iniciativa dos trabalhadores em competição e contraposição ao modo de produção capitalista *dentro da mesma formação social*”.<sup>35</sup> Sua perspectiva de socialismo, embora tenha base em Marx, se difere de forma tênue quando defende que uma possível transferência dos

---

<sup>35</sup> Singer, 1998, p. 9.

meios de produção aos trabalhadores, “não pode ser decretada de cima para baixo, mas tem que ser conquistada de baixo para cima, e **dentro** do capitalismo. E essa conquista não pode deixar de levar muito tempo, pois implica em uma verdadeira revolução cultural protagonizada pelos trabalhadores que se transformam, por sua própria iniciativa, de dependentes assalariados – ou ex-assalariados desempregados – em empreendedores coletivos”<sup>36</sup>. Daí a necessidade de se separar os conceitos de revolução social e revolução política.

As revoluções **políticas**, tanto as burguesas como as proletárias, são episódios bem delimitados no tempo, quase sempre marcadas por um processo violento, mas que, ao final, implementam não apenas uma mudança de governo, mas de sua gestão e das relações de poder entre o estado e a sociedade civil, introduzindo inovações institucionais que difundiram novos padrões de estado e perduraram por longo tempo<sup>37</sup>. São fundamentalmente diferentes, diz Singer, das duas grandes revoluções **sociais** em curso: a revolução capitalista e a revolução socialista. Estas “constituem processos de mudança entre formações sociais, cada uma das quais é caracterizada pela hegemonia de um modo de produção, que lhe empresta o nome”<sup>38</sup>. Desse modo, a revolução social capitalista não é um fato delimitado no tempo, mas se deu desde o surgimento do capitalismo nas brechas do modo de produção feudal e subordinado a este, até, com a revolução industrial, se tornar dominante. É este mesmo sentido que nos oferece Marx no prefácio de *Para a crítica da economia política*, ao afirmar, como vimos, que o capitalismo haverá de ser superado historicamente. Entretanto, é muito difícil prever ou julgar até que ponto as diversas atividades não capitalistas que se reproduzem nos interstícios do capitalismo, poderão se mostrar, futuramente, como um modo de produção superior, completando uma nova revolução social (a socialista).

Com efeito, a discussão da transição culmina na condição necessária da participação da classe trabalhadora e no desenvolvimento da autogestão, que, para Lefebvre (1978) representa uma solução original para o problema da socialização dos meios de produção, primeiramente posto por Marx, dado que tem potencial conceitual e prático para evitar as dificuldades que surgiram após Marx nas experiências autoritárias do planejamento centralizado. Segundo Lefebvre, uma possível transição não segue a revolução política, como se daria na prescrição de Marx. Ela a precede, o que demanda urgentemente um projeto concreto, global por uma sociedade nova e qualitativamente diferente, que vai além das demandas comuns por trabalho ou pela melhoria da qualidade de vida. É um projeto que deve estar em constante revisão e que tem grandes chances de falhar, já que os novos “valores” não são impostos, são propostos<sup>39</sup>. Embora ela traga à tona a questão da participação (e sem autogestão, a participação não tem significado real), ela traz também diversos (e novos) problemas.

Em sintonia com o ideário Lefebvrino, o projeto da economia solidária que se coloca a nossa frente, tem sua base na autogestão. Ele defende o estabelecimento de uma rede complexa a partir das bases da sociedade, não se limitando (e não pode se limitar) a um projeto de administração das questões econômicas. Tal proposta necessitará de uma nova pedagogia social<sup>40</sup>, uma nova prática social em todos os espaços da vida, das relações entre os homens e destes com a natureza. “O que ela determina não é um estado, mas um processo, no qual novos problemas são colocados e devem

---

<sup>36</sup> Idem, p. 11. (grifos meus).

<sup>37</sup> Nesse sentido se deram tanto as revoluções burguesas (entre as principais, a Revolução Inglesa, a Revolução Americana e a Revolução Francesa) quanto as revoluções proletárias (a Comuna de Paris, a Revolução Russa e a Revolução Chinesa). O que parece contraditório é que enquanto as primeiras (de certo modo, representantes da virtuosidade do capitalismo) foram as que possibilitaram a difusão de ganhos sociais inegáveis como a declaração universal dos direitos do homem, as segundas (com exceção da Comuna de Paris) acabaram representando novos sistemas políticos baseados na autoridade e na repressão ditatorial (o que sem dúvida alguma desfez qualquer traço que poderiam conter do pensamento socialista original).

<sup>38</sup> Ibidem, p. 18-19.

<sup>39</sup> Lefebvre, 1978, p. 91.

<sup>40</sup> Sobre a relação entre economia solidária e pedagogia é interessante ver a coleção recentemente lançada com o título *Economia solidária e educação de jovens e adultos* organizada por Sônia Kruppa (2005).



ser resolvidos na prática social”<sup>41</sup>. Culmina em uma nova ordem social, corroendo a velha superestrutura na qual é erguido o estado atual, redefinindo o socialismo.

Este socialismo só será possível quando o egoísmo humano for superado, quando se desenvolver nos homens um sentimento generalizado de solidariedade e estes estiverem inteiramente dispostos a se sacrificar uns pelos outros (não que a destituição das condições materiais seja necessária, e de forma alguma o é, mas provavelmente a disposição a ela sim). A autogestão que aspiramos não resulta, portanto, de uma mudança da condição infra-estrutural, mas de uma transformação política e moral<sup>42</sup>. Assim, a solidariedade não pode ser assistencial e acrítica, mas deve ser fruto da percepção e da compreensão de uma condição histórica do homem, quando o desenvolvimento tecnológico poderá ser diretamente voltado para o benefício de toda a humanidade, resultado de uma verdadeira opção, por ela definida e gerida.

Com efeito, muito ainda há de ser feito, pois se surge hoje a percepção de que a economia solidária não clama pela revolução (no sentido que ficou marcado pelo marxismo), tampouco significa a desilusão de Max Weber. Mannheim afirma que o radicalismo da proposta comunista menosprezou as dificuldades da fase de transição, numa fé fanática na perfectibilidade humana. A disposição de se jogar tudo no lixo para começar de novo impossibilitou a proposição de reformas socialistas graduais. Gabriel Cohn (1979) concluiu que a única saída para a racionalização do mundo, que encarcerava a criatividade humana numa jaula de aço era, para Max Weber, a resignação, a escolha pessoal por um caminho ético e heróico, porém, ainda assim, o futuro da humanidade estaria fadado à tristeza e ao “desencantamento do mundo”, pois mesmo a proposta socialista imporá uma racionalização não menos extremada.

Em oposição a isso, a proposta da economia solidária de forma alguma é resignação, ela subverte a lei do valor, incorporando e reproduzindo a dádiva, que pouco tem de racionalismo. Ela recupera a crítica e a autocrítica marxiana e retoma a busca por um mundo melhor, mais ético e essencialmente solidário como uma aposta cujo resultado ainda é indeterminado, mas que nos coloca diante de uma escolha entre a passividade da descrença e a mobilização motivada pelo otimismo e pela esperança na humanidade. A economia solidária se apresenta como a retomada de uma longa caminhada, desesperançada no passado e, por longo tempo tida como um sonho. Que seja uma utopia, não obstante, uma utopia possível. Mas, como afirmou Lefebvre sobre um outro assunto deveras controverso<sup>43</sup>, isso é meramente uma hipótese estratégica...

---

<sup>41</sup> Lefebvre, 1978, p. 125. Tradução nossa.

<sup>42</sup> Apesar de Marx e Engels mostrarem diversas vezes antever de forma precisa processos históricos, quando mostraram que uma crise impulsiona uma revolução, este não pode ser o caso da revolução provocada por um possível desenvolvimento da economia solidária. Como afirma Paul Singer, o liberalismo, o desemprego e a miséria ajudam, porque fazem com as pessoas sem opções busquem a economia solidária, mas esta não é a essência da questão.

<sup>43</sup> A questão discutida por Lefebvre é a de como o conhecimento (saber) pode servir a reprodução das relações sociais de produção para além do modo de produção no qual essas relações nasceram. (Lefebvre, 1978, p. 76).

## Referências Bibliográficas

- BAMBIRA, Vânia. *A teoria marxista da transição e a prática socialista*. Brasília: Editora UnB, 1993.
- BERTUCCI, Jonas de Oliveira. “A economia solidária do pensamento utópico ao contexto atual: um estudo sobre experiências em Belo Horizonte”. Dissertação de mestrado, CEDEPLAR/UFMG, 2005.
- BERTUCCI, Jonas de Oliveira. *Tecnologia e Solidariedade: Notas Introdutórias para uma Discussão Possível*. In: VII Encontro de Economia da Região Sul, 2004, Maringá. Anais do VII Encontro de Economia da Região Sul. Maringá: ANPEC SUL, 2004. p. 781-798.
- CATANI, Antonio David. *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003. 306 p.
- COHN, Gabriel. *Crítica e Resignação: fundamentos da sociologia de Max Weber*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.
- ENGELS, F. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. São Paulo: Global editora, 7ª edição, 1985[1880].
- GODELIER, Maurice. Transição. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986 v.7. p.181-215.
- KRUPPA, Sonia M. Portella (org). *Economia solidária e educação de jovens e adultos*. Brasília: Inep, 2005. 104p.
- LECHAT, Noelle M. P. e SCHIOCHET, Valmor. *Economia da dádiva*. In: CATANI, Antonio David. *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.
- LEFEBVRE, Henri. *The survival of capitalism: reproduction of the relations of production*. 2. ed. London: Allison & Busby, 1978.
- MANDEL, Ernest. *A formação do pensamento econômico em Karl Marx: de 1843 até a redação de o Capital*. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1968.
- MARX, K. e Engels, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Editora Hucitec, 7ª edição, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Manifesto do partido comunista*. Tradução de Sueli T. Barros Cassal. Porto Alegre: L&M, 2002[1848].
- MARX, K., “O Capital”, livro I, ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Crítica ao Programa de Gotha*. Tradução de Sueli T. Barros Cassal. Porto Alegre: L&M, 2002[1875].
- \_\_\_\_\_. Prefácio à *Contribuição à Crítica da Economia Política*. Trad. port., São Paulo, Abril, Os pensadores, 1974.
- MORUS, Tomás. *A Utopia*. Tradução de Paulo Neves. Porto Alegre: L&PM, 2001[1516].
- ORWELL, George. *A Revolução dos Bichos*, 1945. Tradução de Heitor A. Ferreira. São Paulo: Globo, 2000[1945].
- PAULA, João Antônio de. *Determinismo e indeterminismo em Marx*. Revista Brasileira de Economia, 2/94, Rio de Janeiro, abr/jun, 1994.
- PAULA, João Antônio de. *A dialética valores e preços*. Revista de Economia Política, vol. 20, nº 4(80), out/dez 2000.
- PAULA, João Antônio de. *O marxismo como pensamento crítico*. Revista Soc. Bras. Economia Política, nº 9, Rio de Janeiro, dez 2001.

- POLANY, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campos, 1980[1944].
- PROUDHON, Joseph-Pierre. *O que é a propriedade? – 1840*. In: TEIXEIRA, Aloísio. *Utópicos, heréticos e malditos*. São Paulo: Record, 2002.
- RODEGHERO, Carla Simone. *Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria*. Revista Brasileira de História, v.22 n.44. São Paulo, 2002.
- ROSANDA, Rossana. *Poder y democracia en la sociedad de transición*. In: Sweezy et al. *Teoría del proceso de transición*. Cuadernos de Pasado y Presente, Córdoba, 1973.
- SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984[1942].
- SINGER, Paul. *Uma Utopia Militante: repensando o socialismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Introdução à Economia Solidária*. Fundação Abramo, 2002a.
- \_\_\_\_\_. *A recente ressurreição da economia solidária no Brasil*. In SANTOS, Boaventura de Sousa (org). *Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002b.
- \_\_\_\_\_. *As grandes questões do trabalho no Brasil e a economia solidária*. Revista Proposta, nº 97 jun/ago, 2003.
- SWEEZY, Paul. *Hacia un programa de estudio de la transición al socialismo*. In: Sweezy et al. *Teoría del proceso de transición*. Cuadernos de Pasado y Presente, Córdoba, 1973.
- VAZ, Henrique C. Lima. *Sobre as fontes filosóficas do pensamento de Karl Marx*. In: Boletim SEAF, nº 2, Belo Horizonte, 1982.